



MANOBRAS DO GOVERNO TRAZ PREJUÍZO DE R\$ 540 MILHÕES EM VENDA DE AÇÕES DA COPASA

De acordo com levantamento publicado pelo portal O Fator em 22 de junho de 2026, o governo do Estado de Minas Gerais arrecadou R\$ 540,1 milhões a menos com a venda de ações da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) durante a segunda fase de sua privatização. O deságio ocorreu porque o Poder Executivo mineiro precificou e vendeu o lote de 15% das ações da estatal a R\$ 49,03 cada no dia 11 de junho, enquanto os papéis fecharam o pregão da Bolsa de Valores (B3) cotados a R\$ 58,50 no mesmo dia. A diferença de R\$ 9,47 por ação beneficiou diretamente investidores profissionais do mercado financeiro, que viram os ativos valorizarem mais de 14% logo após a liquidação da oferta.



PERDA BILIONÁRIA



Para a classe trabalhadora mineira e os usuários dos serviços públicos, a venda de ativos abaixo do valor de tela da Bolsa significa uma perda bilionária de arrecadação de recursos que poderiam ser revertidos em infraestrutura de saneamento e políticas sociais no Estado.

Na esfera trabalhista, a consolidação da privatização sob o controle do grupo privado (Equatorial) tende a acelerar planos de reestruturação interna na Copasa,

historicamente associados a programas de demissão voluntária (PDVs), terceirização de atividades-fim e pressões sobre acordos coletivos de trabalho. Além disso, a conversão de uma empresa pública essencial em um negócio focado na maximização de dividendos para o mercado financeiro acende o alerta para possíveis reajustes tarifários acima da inflação, pesando diretamente no custo de vida e no orçamento das famílias de baixa renda de Minas Gerais.

TRIBUNAL DE CONTAS PODE INTERVIR

O processo de desestatização da companhia de saneamento foi estruturado em duas etapas concomitantes: a primeira transferiu 30% das ações e o controle operacional para o Grupo Equatorial (sócio de referência), e a segunda ofertou outros 15% de forma fracionada ao mercado aberto via processo de bookbuilding (coleta de intenções de investimento).

Defensores e técnicos do governo de Minas Gerais justificaram o desconto alegando que operações em bloco

dessa magnitude – envolvendo 45% do capital total de uma grande empresa de uma só vez – naturalmente exigem preços abaixo das negociações rotineiras de balcão para garantir a atratividade do lote. No entanto, o modelo idêntico ao utilizado na privatização da Sabesp em São Paulo em 2024 atrai críticas de analistas e já é objeto de ofícios enviados pela direção da estatal ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG), onde corre uma representação para tentar suspender os efeitos da liquidação financeira.

